

Diferentes formas de lazer no espaço público de Montes Claros (MG): os espetáculos mambembes, os divertimentos óticos e sonoros e o cinematógrafo

Enviado em:
09/03/2013

Aprovado em:
11/05/2013

Jailson Dias Carvalho

Prof. de História da Rede Estadual de Ensino de Uberlândia (MG)
Doutorando em História pela Universidade Federal de Uberlândia
carvalho_jailson@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho visa examinar, nos anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a preeminência do urbano em curso na cidade de Montes Claros (MG). Percebeu-se que concomitante às transformações econômicas, sobrevieram à cena pública da pequena urbe norte-mineira, companhias circenses, grupos mambembes e espetáculos de prestidigitação, que revelaram o não insulamento artístico da região. Considerou-se que as manifestações dos grupos mambembes prepararam o público para o advento dos divertimentos óticos e sonoros, e também para o cinema no limiar do século XX, pois tais grupos guardam uma proximidade com a sétima arte, ao despertarem o choque, a surpresa, o entusiasmo, a agitação e a correria. Estes, por sua vez, correspondem a estímulos similares àqueles procedentes das transformações modernas, como o tráfego, as máquinas, os meios de transporte, as luzes, os aglomerados urbanos e os ruídos.

165

Palavras-Chave

Lazer, Grupos Mambembes, Cinematógrafo, Modernidade, Montes Claros (MG – Brasil)

Abstract

This work aims to examine the pre-eminence of the developing urban scenery in Montes Claros city (MG - Brazil) during the late 19th century and the first decades of the 20th century. In this small city in the northern of Minas Gerais, it has been noticed that circus companies, *mambembe* groups (Brazilian barnstorming groups) and prestidigitation shows have befallen in the public scene alongside economic transformations. These manifestations revealed that this is not an artistically insular region. It has been considered that *mambembe* groups' manifestations have prepared the audience to the incoming optical and sound entertainments, as well as to the cinema in the early 20th century, due to these groups' proximity to the seventh art as they rouse shock, surprise, enthusiasm, agitation and rush. These effects, on their turn, are related to similar stimulus to those former to the

modern transformations, such as the traffic, machines, transport, lights, urban agglomerations and the uproars.

Keywords

Leisure, *Mambembe* Groups (Brazilian barnstorming groups), Cinematograph. Modernity, Montes Claros (MG – Brazil)

Introdução

Concomitante às transformações operadas no espaço público da cidade de Montes Claros, durante o século XIX, que possibilitaram a centralização do município como importante centro regional, e na linha contrária do que afirmavam os editores do jornal *Correio do Norte* (n. 13, 18 maio de 1884: 3), em finais daquele século, segundo os quais, havia uma monotonia dos hábitos da população, pois os cidadãos não encontravam nenhuma diversão que os aprouvesse, observar-se-á, como objetivo deste artigo que, naquele período, sobrevieram à cena pública da pequena urbe norte-mineira companhias circenses, grupos mambembes e espetáculos de prestidigitação que, dessa forma, revelam o não insulamento artístico da região.

166

Tais espetáculos, informados por uma sociabilidade dos indivíduos no espaço público e por uma proximidade dessas apresentações com as emoções proporcionadas pelo cinematógrafo e certos filmes, conduziram os espectadores e os prepararam para o advento da chegada do cinema no município.

Nesse contexto, não somente os espetáculos mambembes sucederam em Montes Claros. A presença de instrumentos de projeção de imagens e mecanismos de audição também ocorreram na arena pública da cidade. O objetivo a que nos propomos é caracterizar tais instrumentos, relacionando-os a um novo horizonte técnico que despontava na sociedade brasileira entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX.

Depreende-se, a partir dos espetáculos circenses e os instrumentos de projeção e mecanismos de audição, que distintas foram as formas de apropriação do espaço urbano em Montes Claros. Cabe-nos entender, como outro objetivo, como os moradores intervieram neste cenário e quais foram as primeiras experiências de introdução do cinematógrafo na cidade.

Uma última observação se impõe. Ao examinar as notícias, editoriais e, sobretudo, as crônicas dos jornais, estamos atentos para o cotidiano como o

tempo da ação histórica, da mudança e das permanências, e para o cronista e a crônica, considerados como interpretes e críticos de um momento histórico, e, tal como assinalou Claércio Ivan Schneider: o cotidiano “não é apenas indicador do tempo vivido, mas e principalmente, é fonte de produção de saber, posto que possa ser pensado como espaço concreto de realização da história em todas as suas dimensões” (SCHNEIDER, 2010: 6). Ou seja, o cotidiano, para esse autor, engloba pequenas e grandes ações, a repetição e a singularidade, o rotineiro e o excepcional. No cotidiano, convivem distintos aspectos da realidade que se podem perpetuar ou transformar; nesse sentido, o acontecimento “passa a ser um produto do cotidiano”, de acordo com Schneider.

1. Espetáculos mambembes em Montes Claros no final do século XIX

Após os anos de 1880, companhias mambembes e de circos de cavalinhos passaram pelo espaço urbano da cidade norte-mineira. A ascensão de Montes Claros como centro regional foi um fator decisivo para a vinda desses espetáculos, pois a circulação de pessoas, mercadorias e informações atraiu, para o espaço público do município, as companhias circenses, que de certa forma, prepararam os espectadores para o advento da chegada do cinema no município¹.

167

Quanto à periodicidade dos espetáculos ocorridos no final do século XIX em Montes Claros, cabe mencionar que, ao que nos parece, eles eram eventuais, visto que estavam à mercê das condições das estradas e da disposição das companhias ambulantes em circular pelo interior; dependiam, ainda, de um pequeno núcleo populacional com moradores dispostos a pagar alguns vinténs por algumas “doses” de espetáculos.

Importa frisar de passagem que os espetáculos mambembes não se constituem um privilégio de Montes Claros. A historiadora Regina Horta Duarte, em *Noites circenses* (DUARTE, 1995), notou a sua eventualidade, durante o século XIX, em diversas cidades e vilas “em diferentes regiões da Província” mineira, como Diamantina, Ouro Preto, Uberaba, Sabará, Campanha, São João del Rey, Ouro Fino, dentre outras localidades.

Mais que precisar as cidades nas quais os espetáculos sucederam, caberia

1 Tendo em vista uma maior compreensão deste processo confira: CARVALHO, Jailson Dias. **Lazer, cinema e modernidade**: um estudo sobre a exibição cinematográfica em Montes Claros (MG) – 1900-1940. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

assinalar, a partir do estudo de Duarte, que os espetáculos e o devido valor que alcançaram para os habitantes das localidades podem ser averiguados mediante os anúncios, comentários e críticas publicadas nos jornais (DUARTE, 1995: 15-16). A frequência com que eles se manifestaram nos jornais revela a função que exerceram como parte de um dos momentos dos espetáculos, e sua incidência no jornal *Correio do Norte* não fugiu à regra. Dias antes da apresentação da companhia circense “Cuyabana”, por exemplo, em maio de 1884, já se fazia notar pelos jornais do *Correio do Norte* um anúncio de sua chegada à cidade; anúncio que ocupava uma parte não pouco considerável do jornal².

Conforme demonstrou Duarte, as notícias e anúncios publicados nos jornais dias antes da chegada das companhias de cavalinhos e circos significaram os primeiros contatos desses grupos mambembes com a comunidade local. Visavam, inclusive, afastar eventuais resistências e desconfianças das autoridades municipais e da população (DUARTE, 1995: 32).

Cabe ressaltar, ainda, que os anúncios, críticas e comentários dos jornais eram parte da experiência desfrutada pelos habitantes em relação aos espetáculos, conforme já foi notado:

168

Mais do que um mero documento a mostrar as reações, os jornais se apresentam com um dos momentos dos espetáculos. Os cartazes e programas publicados em suas páginas, anunciando a breve chegada de companhias, a crítica incentivadora de opiniões e comportamentos, os comentários de diversos tipos: todos esses discursos são parte integrante da experiência vivida, pelos habitantes da cidade, em torno das apresentações (DUARTE, 1995: 16).

Em outros termos, os anúncios, cartazes, programas, que tratam sobre as companhias circenses ou das notícias de filmes veiculadas nos jornais locais ao longo do século XX, fizeram parte da maneira como os moradores vivenciaram os espetáculos. A expectativa em torno das apresentações, como, por exemplo, a armação do circo na praça – ou a sala arranjada às pressas para a exibição –, tudo demandando o imprevisto, ou, nas palavras de Duarte, “não apenas o espaço físico era invadido” (DUARTE, 1995, p. 36); a divulgação do grupo pelas ruas da cidade – ou os programas dos filmes espalhados de porta em porta –, tudo isso constituía a experiência do vivido anterior mesmo à exibição/apresentação dos espetáculos.

2 O jornal publica, na página 2, uma pequena nota intitulada “Companhia equestre” e remete para o anúncio citado (*Correio do Norte*, Montes Claros, n. 13, 18 de maio de 1884: 4). Mantivemos a grafia de época na qual os jornais foram publicados.

Diríamos mais: esses espetáculos mambembes fomentaram, juntamente a outros divertimentos públicos e manifestações sociais da vida urbana, tais como as festas religiosas, recepções a políticos e demais autoridades do município de Montes Claros, o terreno da sociabilidade dos moradores para o advento do cinema na “cidade sertaneja”, expressão tão a gosto dos redatores dos jornais pesquisados.

Assim, expostas essas considerações, convém lembrar que, ao reportarmos-nos aos anos finais do século XIX, entendemos que, nesse período, procederam-se distintas maneiras de apropriação do espaço urbano citadino que contribuíram de alguma forma para preparar o público para a chegada do cinema nas duas primeiras décadas do século XX. Além disso, podemos contar com uma fonte primária de importância fundamental, a saber: o jornal *Correio do Norte*. Esse recorte ainda tem por objetivo visualizar os divertimentos públicos dos moradores de Montes Claros em perspectiva, ou seja: implica percebê-los, *grosso modo*, em frequência irregular, porém incidindo, por todo o período estudado, em locais muito próximos donde originaram os cinemas da cidade. Justaposta aos divertimentos públicos, percebe-se uma campanha contra determinados segmentos populares que se manifestavam no espaço urbano e que aparecem nas páginas do jornal.

Estabelecidos os marcos cronológicos, importa verificar que, no período compreendido entre março a maio de 1884, três modalidades de espetáculos animaram a cidade: um espetáculo de prestidigitação e dois circenses, que incluíam, entre suas programações, os “trabalhos gymnásticos”, saltos mortais e de “gigantes”, palhaços, “duetos”, “trabalhos equestres” com cavalos “amestrados” pelo “systema Jockey-club” e “trabalhos mimicos” (*Correio do Norte*, n^{os}: 4, 7, 8, 13, 14, 15, 16, março a maio de 1884).

O jornal *Correio do Norte* noticiou com maior destaque as apresentações dos grupos circenses. O que chamou a atenção dos editores do jornal? O primeiro espetáculo de circo, ocorrido em abril daquele ano, deu-se no “vasto pateo da Caridade [atual praça Dr. Carlos], onde levantaram um circo provisório”. O jornal frisou que o espetáculo foi “bastante concorrido” e que os trabalhos artísticos foram bem executados, e, em seguida, relacionou os números artísticos e os respectivos artistas que os encenaram:

O Sr. Ferreira, na barra fixa, nos saltos mortais, e de gygantes, arrancou muitos applausos aos espectadores. O Sr. Paim é inexcedível no papel de palhaço; e os trabalhos do trapezio que executou, como as scenas de deslocamento, o recomendão como um bom artista. Os sons da sua harmonica foram arrebatadores (*Correio do Norte*, n. 7, 06 de abril de 1884: 4).

Movimento, transição de um espetáculo para o outro, envolvimento do público nas encenações, o olhar atento ao picadeiro, tensão e encantamento transparecem na nota do jornal. Os espetáculos mambembes, encenados em circos provisórios, levantados em locais públicos da cidade de Montes Claros, revelam outra marca de intervenção no espaço urbano do município nos finais do século XIX. Esses espetáculos não rivalizavam ou concorriam com outras manifestações sociais, como as festas, procissões, ou grupos carnavalescos; ocupavam o espaço fazendo uso da técnica, do equilíbrio, e do encantamento das suas apresentações.

Aquele mesmo grupo mambembe procedeu a uma nova apresentação uma semana depois e o jornal noticiou a “grande concorrência” de espectadores, valorizando os “difíceis trabalhos de trapezio e saltos mortais” que, na interpretação do ocorrido, de acordo com o periódico, foram “executados com toda perfeição”. As peças, tocadas numa espécie de acordeão, a “harmonica”, pelo o palhaço “Sr. Paim”, “agradaram sumamente”. Na apresentação anterior, os sons dela teriam sido “arreatadores”. Na apresentação das “entremezes”, “obtiveram sucesso”. Enfim, tamanha empolgação do editor do jornal contribuiu para que sugerisse, no periódico, a fundação de um teatro na cidade. Lamentou-se, contudo, a “monotonia dos hábitos da população”, que “[...] aos labores diurnos, nenhuma diversão encontra, reclama, igualmente, a fundação de um pequeno teatro onde, periodicamente, se apresentem bons dramas, e comedias – deem-se partidas musicais, outros espetáculos”. Tem-se, assim, no jornal, um longo comentário sobre a apresentação circense, o que demonstra a repercussão e aceitação desses espetáculos e o clamor do editor por um edifício teatral na cidade, afirmando ser o teatro uma “escola”, que educa e contribui para o “desenvolvimento inato de sociabilidade, entre o povo, corrigindo os ridiculos sociaes” (*Correio do Norte*, n. 13, 18 de maio de 1884: 3).

Nesse contexto, temos que, na cidade de Montes Claros, apesar da reclamação do editor e redator do jornal – o senhor Antônio Augusto Velloso – a respeito da monotonia cotidiana e da falta de diversão, havia uma demanda de parte dos segmentos letrados da cidade por um espaço no qual fosse exercida a “sociabilidade”. Naquele momento, ocorreu ao diretor do jornal *Correio do Norte* que a construção de um teatro cumpriria aquela função: o teatro, na sua visão, seria uma “escola”, que educaria e censuraria “os ridiculos sociaes”. Como membro de

170

3 As “entremezes” eram pequenas peças jocosas e burlescas protagonizadas num só ato.

uma sociedade abastada; tendo frequentado bons colégios em Diamantina, Rio de Janeiro, Petrópolis e São Paulo e concluído o curso de direito, tendo sido, inclusive, eleito como Deputado Provincial nos períodos de 1882-84 e 1886-89 pelo Partido Conservador (PAULA, 2007: 184), o redator deve ter se impressionado com os “ridículos” hábitos da população da cidade.

Pelas colunas do jornal, transparece parte desses “ridículos sociaes” que incomodavam bastante. Nota-se, entre outros, a campanha do jornal para que as Posturas Municipais de 7 de junho de 1858 fossem cumpridas em relação aos animais soltos, que perambulavam pelas ruas: “correm, frequentemente, pelas ruas desta cidade, rezes soltas perseguidas por pessoas a cavalo, em grande desfilada, com perigo de atropelar os transeuntes incautos, e principalmente crianças e inválidos” (*Correio do Norte*, n. 4, 16 de março de 1884: 2-3).

Ademais, pelas páginas do jornal, transparecem também determinadas manifestações que inquietaram as autoridades municipais. Ao longo de quatro números do periódico norte-mineiro, notamos várias dessas situações – “Pequenos mendigos” (*Correio do Norte*, n. 21, 13 de julho de 1884: 1), exprime o título de um dos editoriais, “retirantes” fugindo da carestia e da seca e que andavam “pelas ruas a esmolar”, “vadios” tratados como “forasteiros” e que passaram a ser reprimidos mediante “editaes”, “centenas de indigentes” que receberam “esmolas em gêneros” –, que pelo caráter diverso do seu enfiamento perturbaram as autoridades municipais e os leitores do jornal (*Correio do Norte*, nos: 292, 297, 329, março a novembro de 1890).

Mais de um autor notou a inconveniência que os pobres, esmoleres e vadios implicavam ante uma sociedade que se modernizava em distintas cidades brasileiras entre o final do século XIX e inícios do XX. Nicolau Sevckenko notou a luta contra os “velhos hábitos coloniais”, encabeçada pela imprensa carioca no contexto das reformas urbanas operadas pelo prefeito Pereira Passos na capital da república. O alvo em questão eram os *freges*, os restaurantes populares, e os cães vadios, as barracas e quiosques varejistas, as carroças, carroções e carrinhos-de-mão que ocupavam as áreas centrais da cidade carioca. Sevckenko cunhou essa reação contra os “velhos hábitos coloniais” de “atitude cosmopolita desvairada”, que chegou ao ápice ao obrigar os transeuntes que se deslocavam pelo centro do Rio de Janeiro a usar o paletó e sapatos (SEVCENKO, 1985: 32-36), como forma de inibir os pés descalços dos pobres e dos sem-camisa que circulavam nas áreas centrais.

Nessa ótica, na cidade paulista de Franca, Veruschka de Sales Azevedo

verificou que o centro da cidade era o referencial de um progresso que, infelizmente, não chegara a todos. Desencadeou-se, pela imprensa francana de finais do século XIX, uma campanha contra os mendigos e os pobres da cidade que pululavam pelo centro do município, de acordo com os jornais da época:

Em contraponto à modernidade que era vista no centro da cidade, os periódicos de fins do século XIX frequentemente estampavam preocupação com a crescente mendicância no centro, o que demonstra o lado bárbaro e excludente da “bele époque”, pois, neste momento, tanto os mendigos quanto os pobres eram a imagem a ser abolida pelos ricos. Tudo aquilo que estes mais rejeitavam, os costumes nada higiênicos e os hábitos daqueles, eram prontamente identificados com o mal e as doenças, o que justifica, nesse período, mendigos e ambulantes serem constantemente perseguidos (AZEVEDO, 2001: 61).

Não obstante tratar-se duma cidade distinta de Montes Claros, dir-se-ia que o contingente de pessoas que causavam certo incômodo no município nortemineiro precisava ser reprimido tal como era o caso da “Vadiagem” – título de um noticiário. Este aspecto já constitui um indício da necessidade de ordenamento do espaço urbano da cidade de Montes Claros ante as incipientes transformações que se observavam nesse período⁴, ordenamento estimulado pelo segmento social do qual faziam parte os editores do jornal, segmento este que carecia de um teatro para exercer a “sociabilidade”, assistir a “bons dramas e comedias”. Contudo aquele edifício almejado não foi construído. A solução foi assistir aos espetáculos na praça pública com as camadas populares os quais repudiavam.

Assim, demonstradas tais condições pelas quais eram tratadas as camadas populares que ocuparam o espaço público da cidade e que, provavelmente, dividiram o mesmo lugar que os grupos mambembes e/ou assistiram aos seus espetáculos, cabe verificar a segunda apresentação circense levada a cabo pela Companhia Cuyabana, no ano de 1884, que agradou muito aos montes-clarenses. O jornal *Correio do Norte* noticiou, em princípios de junho daquele ano, que a cidade “teve algumas horas de agradável passatempo” durante uma semana inteira com os espetáculos da referida companhia. As apresentações que mais chamaram a atenção na matéria ficaram por conta dos “trabalhos equestres e gymnasticos”,

4 A inauguração do telégrafo na cidade procedeu-se no ano de 1892, porém as malas postais eram enviadas regularmente para centros urbanos como Diamantina, Grão Mongol, Rio de Janeiro, dentre outros. Os maiores empreendimentos nesse período, deram-se com a inauguração da Fábrica de Tecidos em princípios dos anos 1880 e a instalação do Mercado municipal em 1899, que atraiu para a cidade toda a sorte de víveres e pequenos produtores interessados em escoar sua produção.

efetuados pela “Sr.^{as} D. Maria da Gloria e D. Paulina”; os “trabalhos de equilíbrio, dramaticos e comicos”, executados pelo “insigne” artista Deolindo; e seguia-se, ainda, o artista Cassiano com “seus excellentes trabalhos acrobaticos, gymnasticos e mimicos” além do palhaço (*Correio do Norte*, n. 15, 01 de junho de 1884: 2). Os trabalhos ginásticos, equestres, de equilíbrio, acrobáticos e de humor dos palhaços, guardavam uma proximidade com o cinema, sobretudo, com determinados gêneros de filmes, uma vez que despertavam o choque, a surpresa, o entusiasmo, a agitação e a correria, e correspondiam a estímulos similares àqueles procedentes das transformações modernas, como o tráfego, as máquinas, os meios de transporte, as luzes, os aglomerados urbanos e os ruídos.

Assim consolidada essa proximidade dos espetáculos mambembes e o cinema, pode-se ressaltar outra matéria publicada pelo periódico norte-mineiro, a qual traz determinadas características bastante curiosas sobre o público e a natureza dos espetáculos mambembes. A Companhia Cuyabana teve que levar a cabo mais quatro “espectaculos consecutivos”, além das apresentações decorridas na última semana do mês de maio de 1884. O último deles, de acordo com o periódico, “foi em beneficio da nossa igreja matriz e da capella de Santa Cruz” (*Correio do Norte*, n. 16, 08 de junho de 1884: 2). A prática do benefício foi notada por Regina Horta Duarte em sua obra, sendo que era “extremamente usual em todo o século XIX” em Minas Gerais, de acordo com a historiadora⁵. Comumente não se imagina como os grupos mambembes e os artistas de teatro sofreram com a marginalização “persistente [na sociedade brasileira] em torno da figura do ator”, de acordo com Duarte. Os benefícios, à vista dessa atitude, serviram para conquistar a simpatia do público e estabelecer um laço de identificação dos espectadores em relação aos atores da companhia, bem como para aquelas pessoas e entidades “dependentes da caridade do público para sobreviver” (DUARTE, 1995: 159-160).

O último espetáculo da Companhia Cuyabana, como já notado, foi em benefício da igreja da Matriz e da capela de Santa Cruz da cidade. A “concurancia” foi “extraordinária” neste dia, de acordo com o periódico norte-mineiro: “chegando a ponto de, estando já repleto o circo, ser preciso a prohibição da policia ao ingresso de muitas dezenas de pessoas”. Os artistas foram várias vezes “chamados á scena”, fato esse que indica a tamanha consideração devotada pelo público montesclarensense a esse grupo mambembe (*Correio do Norte*, n. 16, 08 de junho de 1884:

5 A prática do benefício também foi utilizada durante o surgimento do cinema no município e presume-se ter como referência os espetáculos teatrais e mambembes.

2) em particular, e aos espetáculos circenses, de um modo geral, que tiveram lugar no espaço público.

Ao que nos parece, os espetáculos de circo e de prestidigitação ocorreram em Montes Claros mais intensamente durante o ano de 1884. Embora não haja nenhum indício dessas apresentações entre os anos de 1889 a 1891 por meio da fonte *Correio do Norte*, não se pode, todavia, afirmar que não tenham ocorrido. Os *Livros de Leis e Receitas* do município, entre os anos de 1898 e 1906, revelam que o valor da licença concedida para dar “espetaculus publicos” alternou entre 80\$000 mil réis a 100\$000 mil réis⁶. De acordo com o *Livro de Receitas* da câmara de Montes Claros, em 1895, temos a indicação de que o cidadão Elias Delfim de Souza “pagou pelo imposto de espetaculus públicos” o equivalente a 80\$000 mil réis. Porém, não se sabe qual o espetáculo o referido cidadão ficou encarregado de apresentar. Requer nossa atenção que determinados espetáculos se deram no espaço urbano de Montes Claros em outros períodos, familiarizando os espectadores em divertimentos públicos de natureza diversa, fato esse que predispôs o público para o surgimento do cinema, pois este entretenimento se firmou como arte, fazendo jus às tradições dos circos, do teatro, da literatura, dentre outras tradições literárias e espetáculos, e desenvolveu uma linguagem cinematográfica intermediada pelo movimento de câmera, por meio de estruturas narrativas de ficção, e do recorte do espaço pela câmera (BERNARDET, 1980: 31-60), condição que lhe facultou ocupar um espaço significativo na vida dos cidadãos em diferentes partes do Brasil e do mundo.

Ao final do século XIX, podemos observar uma ligeira modificação no corpo da Lei n. 99, de 1900, que previa o “imposto sobre licença para dar espectaculos, theatros e cosmoramas” no valor de 100\$000 mil réis⁷. À vista destes espetáculos, no entanto, não foi encontrado o indício da construção do edifício do teatro ou mesmo notícias de apresentações. É digno de nota, porém, que o teatro era almejado pelos editores do *Correio do Norte* e há evidências de apresentações teatrais a partir de 1907. A inserção do substantivo cosmorama na categoria de espetáculos chama-nos a atenção, pois o espetáculo protagonizado por este

6 Cf. Livro de Leis do município de Montes Claros entre 23/09/1898 a 24/10/1906. Notação: APMC. 29.01.04/000.002 [Administração Pública de Montes Claros- Base de Dados da Câmara Municipal]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros.

7 Cf. Livro de Leis do município de Montes Claros entre 23/09/1898 a 24/10/1906. Notação: APMC. 29.01.04/000.002 [Administração Pública de Montes Claros]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. Lei número 99.

instrumento foi um dos precursores das projeções de imagens mais próximo do cinema no final do século XIX. Investigaremos mais detidamente este item.

2. Divertimentos óticos e sonoros: o despertar de modernidade em Montes Claros

Sabe-se, por Galdino, que a primeira exibição de películas no estado de Minas Gerais ocorreu em Juiz de Fora, em 23 de julho de 1897, com a apresentação do *Cinematographo Lumière*, pela Cia. de Variedades de Germano Alves (GALDINO, 1983: 19-20). A segunda e a terceira exibições ocorreram no município de Belo Horizonte, em julho e outubro de 1898. A quarta exibição cinematográfica do cinematógrafo Lumière, no estado mineiro, deu-se em 19 de maio de 1900, tendo também a cidade de Belo Horizonte como local de apresentação (GOMES, 1997, p. 349; 2008:21).

As primeiras exibições cinematográficas em Minas Gerais são importantes para delimitar cronologicamente as exibições em Montes Claros e avaliar o impacto da chegada do cinema ao município. Portanto, antes de 1900, a cidade não esteve servida pelo cinematógrafo. O cinema pode ser entendido como uma invenção tecnológica da modernidade e, como tal, guarda determinadas relações com outras invenções da vida hodierna. A noção de modernidade utilizada neste artigo tem por base as afirmações de Charney & Schwartz. De acordo a esses autores:

A “modernidade”, como expressão de mudanças na chamada experiência subjetiva ou como uma fórmula abreviada para amplas transformações sociais, econômicas e culturais, tem sido em geral compreendida por meio da história de algumas inovações talismânicas: o telégrafo e o telefone, a estrada de ferro e o automóvel, a fotografia e o cinema. Desses emblemas da modernidade, nenhum personificou e ao mesmo tempo transcedeu esse período inicial com mais sucesso do que o cinema (CHARNEY & SCHWARTZ, 2004: 17).

Exceção à parte, o telégrafo e a fotografia, todas as demais “inovações talismânicas” foram conhecidas pelos montes-clarenses no limiar e durante as primeiras décadas do século XX. O impacto e a assimilação dessas transformações por parte dos moradores abriram o caminho para modernidade, o que não quer dizer que este processo tenha se consolidado sem resistências.

O historiador do município de Montes Claros, Hermes Augusto de Paula, anotou, em sua obra, que, antes do cinema na cidade, existia um “cosmorama

ambulante”, localizado no prédio primitivo da Escola Normal da cidade, “onde está hoje [1957] o Hotel São Luís” (PAULA, 2007: 215)⁸. Esse hotel ficava localizado na rua Dr. Santos, esquina com a praça Dr. Carlos, portanto, à altura da mesma praça que recebeu um dos espetáculos mambembes da cidade na penúltima década do século XIX.

O referido autor assinala, igualmente, o nome do proprietário do “cosmorama ambulante”, o senhor Antônio Soares Taveira. Este senhor “apresentava vistas da Europa. Pagava-se 500 réis para se ver a coleção completa” (PAULA, 2007: 216). O jornal *Correio do Norte* – que circulou entre 1884 a 1891 – não menciona a exibição de “vistas” no aparelho cosmorama na cidade, contudo a Lei n. 99 de 1900 e as indicações provenientes de Hermes de Paula sinalizam para o fato de que tais exibições com esse aparelho tenham sido realizadas no município. O cosmorama tornou-se um aparelho bastante popular no Brasil ao longo do século XIX, tendo a sua primeira apresentação no país ocorrida no ano de 1834, na cidade do Rio de Janeiro (MIRANDA, 2009: 2 e 8). O cosmorama pode ser definido, em conformidade com Delso Renault, como “um projetor primitivo que exibia fotos ampliadas de vistas e flagrantes da Europa” (apud MIRANDA, 2009: 3).

176



Figura 1 – Vistas para exibir no aparelho cosmorama. Na imagem acima, tem-se uma vila situada na ilha de Korfu, na Grécia. No verso da estereoscopia, havia a seguinte indicação: “Casa Edison – Phonographos* Novidades – São Paulo”. Em 1900, Frederico Figner fundaria a Casa Edison no Rio de Janeiro. Figner foi um dos empresários que ajudaram a difundir e a vender o fonógrafo no Brasil (COSTA, 2009: 2-4). **Fonte:** www.fotoplus.com/dph/info15/i-manu.htm. Acesso em 28 de maio 2012.

8 O referido autor constitui uma referência para os estudos sobre a cidade de Montes Claros.

Assim, apresentadas essas observações, temos que, a partir de Hermes de Paula, o cosmorama por essa época era um espetáculo ambulante e pode ter sido levado a outros locais. A avaliação do conjunto de leis do município, entre 1898 a 1906, constitui uma fonte importante para perceber quais os aparelhos de diversões públicas foram introduzidos na cidade norte-mineira e ajuda-nos a entender o significado dessas inovações tecnológicas na vida das pessoas, ou seja, qual o sentido atribuído pelos moradores a essas invenções modernas.

Importa assinalar, porém, que as leis sinalizam para eventos que podem ter ocorrido ou não. O legislador, talvez atento para a incidência de manifestações culturais – a presença do cosmorama, o fonógrafo, e o cinematógrafo por exemplo – em outros municípios, bem pode ter se antecipado aos fatos e resolveu legislar sobre elas. A despeito disso, a incidência das manifestações culturais na legislação, em determinado período, por si merece uma investigação.

Isto posto, o orçamento da câmara municipal de Montes Claros era discutido ao final de cada ano, em torno dos meses de setembro/outubro a dezembro; ao término das discussões, publicavam-se as leis e as tabelas de impostos para o próximo ano. Foram encontradas duas leis, nas duas décadas finais do século XIX, sendo uma delas correspondente ao ano de 1898, e que previa um “imposto para espectáculos”, com a importância a ser paga à Câmara no valor de 100\$000 mil réis, e a outra, de 1899, de número 93, com o mesmo valor a ser pago à Câmara “para dar espectáculos”⁹.

A Lei número 110, que *Orça a receita e fixa a despesa do município*, em 1902, instituiu um “imposto sobre licenças para dar espectáculos ou exhibir cosmoramas etc.” na importância de 100\$000 mil réis. Na estrutura da Lei n. 122, que *Orça a receita e fixa a despesa do município* em 1903, a palavra cosmorama desaparece do texto, permanecendo o termo “dar espectáculo” e o equivalente a ser pago orçado em 150\$000 mil réis. O mesmo aconteceu com a Lei número 124, que *Orça a receita e fixa a despesa do município* para o exercício de 1904, na qual o substantivo cosmorama não estava previsto em lei, com o valor do imposto

9 Conforme já ressaltado anteriormente, notou-se a apresentação de espetáculos públicos nesse período, porém não se sabe a natureza deles. Cf. Livro de Leis do município de Montes Claros entre 23/09/1898 a 24/10/1906. Notação: APMC. 29.01.04/000.002 [Administração Pública de Montes Claros- Base de Dados da Câmara Municipal]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. Lei de 1898 e Lei de número 93 de 1899.

decaindo para 100\$000 mil réis¹⁰.

Se nos alongarmos um pouco mais, poderemos notar uma ligeira modificação no corpo da Lei número 129 que *Orça a receita e fixa a despesa do município* para o exercício de 1905, na qual estava prevista a manutenção do valor do imposto “sobre espectáculos publicos” e a inclusão de um novo item para a receita do município, proveniente de uma *Renda extraordinária*, conforme *Tabela de impostos* publicada na Lei n. 130. Nessa *Tabela de impostos*, a Câmara municipal criou um *Imposto Eventual* de “cada licença para exposição de phonographos, cosmoramas ou divertimentos analogos”, no valor de 25\$000 mil réis. Uma novidade aqui foi o surgimento do “phonographo” e a sua inclusão no corpo da lei juntamente com o cosmorama, além da redução do valor da licença. Na *Tabela* para o ano de 1906, não houve nenhuma alteração no texto da Lei n. 146. A Lei n. 171, que dispunha sobre a arrecadação de impostos para o ano de 1907, não aborda mais cosmorama ou “phonographo”¹¹.

178



Figura 2 – Fonógrafo recolhido pela pesquisa de Vicente de Paula Araújo em 14-10-1899.

Fonte: ARAÚJO (1981: 41).

10 Cf. Livro de Leis do município de Montes Claros entre 23/09/1898 a 24/10/1906. Notação: APMC. 29.01.04/000.002 [Administração Pública de Montes Claros- Base de Dados da Câmara Municipal]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. Lei número 110, 122 e 124.

11 Cf. Livro de Leis do município de Montes Claros entre 23/09/1898 a 24/10/1906. Notação: APMC. 29.01.04/000.002 [Administração Pública de Montes Claros- Base de Dados da Câmara Municipal]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. Lei número 129, 130, 146, 171.

Convém ressaltar uma *Tabela e explicações de impostos*, que consta na série de documentos sobre *Leis e Tabelas* da Câmara e que estabelecia um imposto para os três divertimentos na cidade, sendo eles para “exibir phonographos, cosmoramas, cynematographos e outras diversões congeneres”, com importância a ser paga à Câmara, no valor de 25\$000 mil réis. Todavia não foi possível determinar a data desse documento. A julgar pela sequência das *Leis e Tabelas*, e do preço para se obter a licença, trata-se do ano de 1908 ou 1909. De concreto, porém, seria esclarecer que, em determinado período da história dos divertimentos públicos em Montes Claros, o legislador anteviu a convivência destes três divertimentos: o cosmorama, o fonógrafo e o cinematógrafo.

O que nos parece provável é que o fonógrafo tenha protagonizado poucas audições até o início da década de 1910, se levarmos em conta a informação do médico e historiador Hermes de Paula, que assegura terem sido os primeiros gramofones vendidos em 1912 pela “firma Rabelo & Paula (Joaquim Rabelo Júnior e Basílio de Paula), à prestação, sendo agente vendedor Augusto Teixeira de Carvalho. Os preços variavam de 25\$000 a 50\$000; e 5\$000 por mês” (PAULA, 2007: 291). A venda do gramofone teve como efeito imediato a extinção das audições públicas do fonógrafo, o que se reflete na sua ausência nos *Livros de Leis e Tabelas de Impostos* da Câmara.

Talvez não fosse demasiado interpretar o trecho da lei que trata sobre “exibir phonographos” ou “exposição de phonographos e cosmoramas” da seguinte forma: o prestígio desses aparelhos não residia somente nas audições (no caso do fonógrafo) ou nas vistas que proporcionava, mas, sim, nas palavras de Flora Süssekind, no “espetáculo de um maquinismo novo” (SÜSSEKIND, 1987: 54), pois havia um diálogo, entre a literatura e a técnica, observado nos finais do século XIX e primeiras décadas do XX no Brasil, entre as imagens técnicas e a produção literária; presente em gêneros distintos, como a imprensa cotidiana, romances, pasquins¹², poesias e contos, por exemplo. Propomos que tal diálogo

12 Guilherme Sarmiento assinalou o diálogo estabelecido entre o gênero do pasquim e o novo horizonte técnico na qual o Brasil ingressou na segunda metade do século XIX. Ele observou que os títulos de determinados periódicos cariocas, neste formato, demonstravam que um potencial ótico estacionou sobre as suas folhas: os títulos remetiam para o universo das invenções óticas e foram denominados por cosmorama ou marmota, luneta, dentre outros. Contudo, não somente os títulos dos pasquins remetiam ao universo técnico, de acordo com o autor, os “artifícios narrativos utilizados na realização do texto” sinalizavam para uma absorção dos objetos técnicos e para uma “escrita cada vez mais atenta à linguagem das ruas”. Cf. SARMIENTO, Guilherme. **Esse mundo é cosmorama**. Disponível em: <http://criticaecompanhia.com/guilherme.htm>. Acesso em: 29 de maio de 2012: 1-6.

também aparece nas leis e na maneira como os moradores estabeleciam o contato com os aparelhos e distintas máquinas que foram exibidas na cidade.

Verifica-se, na imprensa norte-mineira, em agosto de 1916, um exemplo, além da legislação, de que o “espetáculo de um maquinismo novo” se manifestava na apresentação de aparelhos inusitados para a época. Merece destaque a curiosa nota do jornal *Montes Claros* acerca de um avião brasileiro e da presença do seu aparelho para exibição na cidade:

Aqui se acha, vindo do Rio, e tendo estado em Juiz de Fora, Barbacena, Bello Horizonte e Diamantina, o sr. Estanisláu Jan Wojeiechowski, avião brasileiro que aqui pretende, como noticiamos em outra parte, *exibir* o seu aparelho (*Montes Claros*, n. 13, 3 de agosto de 1916: 1. Grifo nosso).

Não somente o avião foi exibido na cidade. À medida que se distancie desta década, por exemplo, a inauguração da estrada de ferro em 1926, observa-se que a manifestação de apreço pela máquina não se arrefeceu por parte de alguns moradores da cidade. Vale sublinhar, neste sentido, o depoimento de Nelson Vianna acerca do desejo, o entusiasmo, e a expectativa diante da máquina e da inauguração da estação ferroviária:

Aquêles gerais foram-se enchendo pela tarde. Pessoas desensofridas caminhavam grandes distâncias, umas desejando conhecer a máquina, outras querendo saber onde ela já se encontrava transportando o material.

Eram precisamente duas horas da tarde quando, toda ornamentada de bandeirolas e fitas vistosas, enfeitada de ramos e de flores silvestres, a máquina surgiu na curva e veio avançando, apitando fininho, até parar definitivamente em frente da Estação, sob a vibração de um dobrado, o espoucar de foguetes e rojões, ruidosas e entusiásticas aclamações, e estrondosa salva de palmas de milhares de espectadores entusiasmados (VIANNA, 1972: 61-62).

Merece a nossa atenção, nesse depoimento acima, o desejo dos cidadãos de conhecer a “máquina”. É notório que o evento, organizado para a inauguração do lastro¹³, foi orquestrado pela autoridade política de tal forma a permitir distintas emoções pelo público. Entretanto, o enfeite “de ramos e flores silvestres” que

13 O lastro pode ser entendido como: uma camada resistente e permeável, geralmente de pedra britada ou de outro material semelhante, colocada sob os dormentes de uma via férrea para suportar e distribuir à plataforma os esforços por eles transmitidos; ou pode ser uma locomotiva usada nos trabalhos de manobras do material rodante das estradas de ferro, ou nos de socorro. A expressão “inauguração do lastro” é largamente utilizada pelos cronistas da cidade de Montes Claros.

a “máquina” recebeu talvez denote o desejo de torná-la mais familiar aos olhos dos espectadores assustados. Atração e repulsa, ou medo e maravilha, noções, aparentemente, contraditórias, bem podem ter ancorado a chegada da máquina à cidade. Nesse contexto, o evento do qual os moradores participaram sinaliza para o “espetáculo de um maquinismo novo”, presente no período, por todos aqueles que se depararam com inovações técnicas de distintas formas.

Assim assinaladas algumas características que os aparelhos assumiram para os moradores, importa explicar que o caráter *eventual* por meio do qual os aparelhos citados nas leis desenvolveram suas performances na cidade talvez fosse o motivo para as constantes reclamações observadas na imprensa montes-clarenses ao longo dos anos, a respeito da falta de diversões no município. Igualmente, o valor excessivo das taxas para se dar espetáculos e exibir filmes também era um motivo que, aliado a outros, cerceava a iniciativa de qualquer pessoa que se aventurasse nesses empreendimentos.

Em relação ao público que assomava a essas “exibições” do fonógrafo, podemos supor, com base em outras pesquisas, que a frequência às sessões se tornaram bastante populares. Flora Sússekind assinala que as máquinas falantes se popularizaram no Rio de Janeiro no final do século XIX:

181

A popularidade das máquinas falantes foi de tal ordem que o esperto comerciante [Frederico Figner] acabaria criando, ao lado de Bernard Wilson Shaw, os clubes de grafones em 25 de agosto de 1889. Cada um teria cem sócios, que deveriam contribuir com a quantia de 5\$000 por semana, podendo concorrer, assim, a premiação também semanal [...] (SÜSSEKIND, 1987: 55)

Naquela oportunidade, entre os moradores da cidade de Montes Claros, parece que o gramofone ocupou um lugar especial nas suas memórias maior do que o fonógrafo¹⁴. A venda do gramofone, a partir da década de 1910, e sendo o fonógrafo um evento por demais longínquo para a memória dos moradores, configurou-se como alguns dos motivos desta ausência de relatos sobre ele¹⁵. A presença do gramofone revela que a diversão que esses aparelhos sonoros proporcionavam migrou de uma apresentação pública – como o fonógrafo – para uma diversão privada, pois as audições do gramofone deram-se nas residências

14 Para a apresentação do gramofone nas festas durante o ano de 1914, conferir ANJOS (1979, p. 12); para os serões organizados na década de 1920 com a presença do gramofone confira o depoimento de VIANNA (1956: 8).

15 Dos espetáculos citados nas leis, o fonógrafo foi o único que não deixou maiores rastros.

dos moradores durante as festas e serões.

Um capítulo à parte dentre os aparelhos citados nas leis foi a máquina fotográfica. A instituição da fotografia no município foi pouco explorada pelos historiadores locais e pode ser resumida da seguinte forma: antes de 1890, a fotografia contou com a iniciativa isolada de um ou outro indivíduo. Porém, a partir de 1890, o cidadão franco-americano, de nome Eugene Laurent Delaveau, cognominado Eugenio Delaveau, fez publicar vários anúncios no jornal *Correio do Norte*, nos quais oferecia seus serviços ao público montes-clarense e que incluíam desde retratos “em miniatura”, ou, de acordo com o seu anúncio, “em pé ou em busto”, cobrando pelo trabalho determinados valores (*Correio do Norte*, n. 289, 16 de fevereiro de 1890, p. 4; n. 294, 23 de março de 1890: 4)¹⁶.

A chegada desse indivíduo à cidade norte-mineira parece coincidir com o período da popularização da fotografia no Brasil. Flora Süssekind assinala que seria a partir da década de 60 do século XIX que se “populariza de fato a fotografia no Brasil”. Nesse período, amplia-se o número de estabelecimentos especializados na arte da fotografia e determinados gêneros de fotografias contribuíram para popularizá-la: “[...] como a *carte de visite*, a fotopintura e, em fins da década de 70, os “retratos de tamanho natural” obtidos por uma “câmera solar”.[...]” (SUSSEKIND, 1987: 31-32). Eugene Laurent Delaveau também produzia fotos em “tamanho natural”, denominando-as de “retratos em pé ou em busto”, conforme já notado.

Os *Livros de Leis e Tabelas de Impostos* de Montes Claros, a exemplo do cosmorama e do fonógrafo, oferecem, em perspectiva, um painel sobre a fotografia no município. Antes de 1904, a fotografia não apareceu junto aos impostos *fixos* ou *eventuais*, e tal qual os divertimentos públicos (o cosmorama, o fonógrafo e o cinematógrafo), oscilou entre o *eventual*, por assim dizer, e o *fixo*. Ou seja, mediante a leitura dessas fontes, contata-se que havia um imposto *eventual* previsto em lei em 1904 para essa ocupação, intitulado de “imposto sobre photographos”, no valor de 100\$000 mil réis. Já na estrutura da lei do ano de 1905, está previsto um imposto no valor de 20\$000 mil réis, entretanto, o termo que aparece na lei é “photographo”, no singular, sendo que se torna um imposto *fixo* e, ao que nos parece, a instalação

16 Esse cidadão permaneceu na cidade por determinado período e acabou abrindo uma padaria, fabricando pães, roscas, biscoitos e outros produtos. (*Correio do Norte*, n. 292, 09 de março de 1890, p. 2; n. 297, 13 de abril de 1890, p. 2).

da fotografia no município deu-se paulatinamente¹⁷. Nesse contexto, no decorrer do ano de 1908, nota-se a presença de um fotógrafo na cidade, sendo que o jornal *A Verdade* noticiou a viagem dele a um município vizinho (*A Verdade*, n. 35, 08 de fevereiro de 1908: 3).

O cinematógrafo, citado nos livros de leis e em anúncios de jornais, guardava determinadas peculiaridades concernentes à maneira pela qual foi introduzido no município e deverá ser investigado por mais vagar.

3. A presença do cinematógrafo

Distintas foram as formas de apropriação do espaço urbano em Montes Claros. De acordo com Monica Pimenta Velloso, os cidadãos, “a partir de suas vivências, criam intervenções sensíveis no cotidiano”. Eles intervêm no espaço urbano, “sem interferir tecnicamente na sua criação”, pois, tal prerrogativa seria delineada pelos “produtores do espaço”, os engenheiros, arquitetos, urbanistas, médicos e sanitaristas. Todavia, as “intervenções sensíveis” dos cidadãos modificam o

[...] sentido atribuído aos locais urbanos. Resulta daí uma espécie de diálogo em que distintos grupos sociais se manifestam, fazendo valer a sua percepção e as suas ideias. O espaço é percebido, portanto, como objeto de uma batalha simbólica que se estabelece no dia-a-dia, reconceituando-se continuamente valores e práticas (VELLOSO, 2004: 14).

183

Depreende-se, por meio da passagem acima, que os cidadãos modificam o sentido atribuído ao local no qual travam determinadas relações. O espaço adquire, assim, distintos aspectos, dependendo do grupo social que faça uso dele, no entanto, isto não quer dizer que o uso desse espaço se concretize sem disputas, que não necessariamente se dão mediante a violência, porém cada grupo ou manifestação atua no espaço, fazendo valer sua maneira de compreender o seu entorno, o mundo em que vive, manifestando-se no espaço público de acordo com os seus valores e práticas. Dessa forma, observa-se a produção de um espaço pelos “produtores” sendo que este se torna múltiplo, palco para a manifestação de distintas sociabilidades ou para que diferentes “consumidores” dele usufruam.

17 Cf. Livro de Leis do município de Montes Claros entre 23/09/1898 a 24/10/1906. Notação: APMC. 29.01.04/000.002 [Administração Pública de Montes Claros- Base de Dados da Câmara Municipal]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros.

Assim apresentadas algumas condições nas quais os cidadãos intervêm mediante suas vivências no espaço urbano, modificando o sentido atribuído aos locais, não seria demasiado aproximar tal reflexão ante a chegada do cinema no município. Neste sentido, cabe frisar uma nota publicada no jornal *A Opinião do Norte*, de 1905, e que dava a notícia da instalação do cinematógrafo na cidade de Montes Claros, pois a chegada do cinema no espaço público do município estabelecia uma variável a se somar ao rol de eventos e manifestações que aconteceram na localidade em diferentes praças e ruas, como as festas religiosas, cavalgadas, procissões, grupos carnavalescos, espetáculos de circo mambembe, festividades políticas e grupos de tropeiros:

Cinematograpfo Lumière
 Ultima palavra da photographia animada!!!
 Brevemente serão exhibidas em publico diversas vistas de grande successo como sejam o Que- Vadis, sensacional romance historico do seculo 1º e muitas outras peças comicas, que produzirão grande divertimento ao publico.
 No dia do spectaculo será distribuido o programma marcando a hora e o logar pelo empresario abaixo assinado. Antonio Quirino¹⁸.

184

É pertinente lembrar que o cinema, nessa quadra, não tinha um local fixo a ser exibido, e os filmes teriam sido projetados em caráter eventual. Neste sentido, a introdução do cinema no município conserva uma semelhança com o “cosmorama ambulante”, citado por Hermes de Paula, e também com os espetáculos mambembes do século XIX, visto que protagonizaram apresentações sem local fixo. Mas o fato de o cinema não possuir um local fixo não foi uma prerrogativa de Montes Claros. Esse período do cinema no Brasil é mais conhecido pela sua itinerância, ou seja, pelo cinema ambulante.

O cinema ambulante se distingue por suas exibições em feiras, festas religiosas, parques, mercados, pavilhões, dentre outros locais. A condição de feirante ambulante ou exibidor revelou que, geralmente, os indivíduos encarregados de divulgar os pequenos filmes curtos, nas localidades, eram os proprietários das películas adquiridas em centros maiores do país. Os lugares nos quais eram exibidas as películas, com distintas atribuições sobre suas funções, adquiriam novas peculiaridades decorrentes da ocupação pelo cinema e da participação

18 Nota publicada no jornal *A Opinião do Norte* (n. 4, 31 de dezembro de 1905, p. 04). Este jornal circulou em Montes Claros entre 16 de dezembro de 1905 a 14 de julho de 1907. Foram consultados números esparsos deste periódico.

dos moradores. Nesse aspecto, uma feira ou festa religiosa bem poderia abrigar uma tenda de espetáculos; o mercado, por outro lado, abrigaria uma tela para apresentação de “vistas”; e o pavilhão ou balcão abandonado poderia abrigar uma pequena sala improvisada para projeções ambulantes.

Apesar das várias possibilidades de projeções, não foi confirmada a exibição das “diversas vistas” anunciadas pela notícia já citada. A frase “Ultima palavra da photographia animada!!!” é um indicativo de que se tratava de um evento inédito na cidade. A forma como o anúncio se dirigia ao público se assemelhava à maneira pela qual os espetáculos circenses eram e ainda são divulgados aos espectadores, enfatizando a novidade, a surpresa e o fascínio dos espetáculos. O sentido de novidade, porém, não se confirmava com o anúncio da presença da *Emprêsa Bioscope* no município, publicado dois anos depois. O teor do anúncio era bastante distinto do anterior, pois atentava-se para as imagens efetivamente vistas na exibição protagonizada pela empresa e no emprego da energia elétrica, uma novidade para os moradores:

Estreou quinta-feira com excelente espetáculo, a *Emprêsa Bioscope*, da qual é Diretor-Proprietário, o Sr. João Vasques de Oliveira. Vimos ali uma série de vistas deslumbrantes, tôdas animadas, por exemplo: *A rendição de Pôrto Arthur*, em dois grandes quadros; *O amante da lua*, engraçada peça humorística; *A Revolução Francesa*, peça histórica em nove quadros, além de muitas outras bem interessantes. [...] Todos os aparelhos são movidos a eletricidade, e a esplêndida iluminação elétrica, novidade para esta cidade, nada deixa a desejar (*A Verdade*, 20 de janeiro de 1909 apud VIANNA, N., 2007: 106-107. Grifos no original).

185

Os aparelhos usados nessa exibição de 1909 possuíam um mecanismo que produzia sua própria eletricidade. Vicente de Paula Araújo, em seu estudo, mencionou aparelhos que se assemelhavam ao encontrado em Montes Claros, em operação nos cinemas paulistas, durante os anos de 1907 a 1908 (ARAÚJO, 1981: 148; 152; 158). A eletricidade com que a cidade norte-mineira passou a contar, em 1917, só atendia bem uma parte da cidade no período chuvoso e, em geral, não durava mais que quatro meses. Nos demais períodos, ou seja, nos oito meses restantes, havia racionamento de luz durante o dia e, à noite, a luz era fraca.

A expressão “vistas deslumbrantes, tôdas animadas”, provavelmente, deve-se ao fato de dar maior precisão às imagens que foram exibidas, pois poderiam ser confundidas com fotografias fixas de paisagens, ou relacionadas com as exibições de distintos aparelhos responsáveis por veicular ilusão de ótica em suportes, como

cosmoramas, diapanoramas, silforamas. Portanto, não se deve descartar a hipótese de que tais aparelhos, senão todos, pelo menos o cosmorama, protagonizaram exibições de “vistas” na cidade entre os anos de 1900 a 1908.

O anúncio desta exibição de “vistas” e a notícia veiculada sobre o desejo do senhor Antonio Quirino em exibi-las, manifesta que, entre os anos de 1905 a 1909, os montes-clarenses estabeleceram contato com o cinematógrafo. A leitura dos livros de leis do município sinalizou para uma conclusão semelhante, porém não foi detectada a reação dos espectadores a esse instrumento ótico. Contudo, tal como os anúncios de espetáculos mambembes, os registros de jornais sobre cinema configuram-se como parte da experiência vivida dos moradores anterior às exibições de filmes e parece acertado que, no registro de 1909, o jornal *A Verdade* não demonstrou grande entusiasmo perante aquela exibição e, sim, quanto à iluminação elétrica, fato que demonstra terem sido realizadas exibições anteriores àquela data.

Há determinados indícios que apontam para o fato de que o senhor Antonio Quirino, que, provavelmente, exibiu películas na cidade, tenha protagonizado a publicação de duas fotografias no periódico carioca *O Malho* em 1907¹⁹. A publicação das fotos revela traços da forma pela qual os cidadãos intervinham no espaço público, alterando o sentido a ele atribuído, e, neste caso, tratava-se do uso da praça da Matriz, por distintos grupos sociais.

Nesse sentido, é interessante explicar que a praça da Matriz abrigou festas religiosas, cavalgadas, procissões, grupos carnavalescos, espetáculos de circo mambembe, festividades políticas, exibições de filmes no *Cine-Mignon*, em 1926, além de grupos de tropeiros, dentre outros agrupamentos e manifestações. A praça da Matriz, nas primeiras décadas do século XIX, encantou o naturalista francês Saint-Hilaire, que elogiou a sua extensão, asseverando ser ela “digna das maiores cidades” (SAINT-HILAIRE, 1974 apud PAULA, 2007: 13). A praça constituiu-se um motivo de orgulho para os montes-clarenses, logo, as manifestações sociais ali transcorridas guardavam um sentido para os seus moradores de valiosa importância, sendo que, por exemplo, as disputas políticas eram informadas a partir do pertencimento do morador a esta praça (Largo de Baixo) ou à praça Dr. Carlos (Largo de Cima); a praça da Matriz, conforme assinalado, foi objeto de duas fotografias publicadas no periódico *O Malho* em 1907, e uma delas exibe uma

19 Antes de partir para o Rio de Janeiro, para uma viagem de compras para o seu estabelecimento comercial, o Sr. Antonio Quirino de Souza, tal como era conhecido, fez publicar uma curta nota de despedida, no jornal católico *A Verdade*, de 06 de julho de 1907.

procissão e outra a passagem de um grupo carnavalesco²⁰.

No episódio de publicação das fotos na revista carioca, verifica-se que havia um trânsito de pessoas de Montes Claros em direção ao Rio de Janeiro²¹. Determinados viajantes fizeram este percurso, trazendo em suas tropas toda a sorte de mercadorias: sapatos, perfumes, conservas, manteiga, vinhos e presume-se que até o cinema tenha chegado à cidade valendo-se desta via de entrada de mercadorias. Em princípios de maio de 1907, a final de dezembro daquele ano, foi possível, por intermédio do jornal *A Verdade*, constatar as partidas de sete pessoas em direção ao Rio de Janeiro e a chegada de 17 indivíduos provenientes da capital carioca, incluindo, nesse cômputo, desde religiosos, políticos, comerciantes e inspetores de ensino (*A Verdade*, n^{os}. 1-28, 1907).

Decorridos cerca de dez anos após a publicação das notas de jornais que tratavam sobre o cinematógrafo, foi inaugurado o *Ideal Cinema* em 20 de dezembro de 1917, contudo o jornal não divulgou os filmes exibidos. O *Ideal Cinema* localizava-se cerca de cinquenta metros da praça Dr. Chaves (Matriz), na esquina das atuais ruas Simeão Ribeiro e Lafetá, em prédio já demolido. A despeito de não enumerar os filmes exibidos, o jornal *Montes Claros*, preferiu elogiar o capitão Joaquim Rabello Junior, recebendo a alcunha de “digno commerciante d’esta praça”. O comerciante mereceu os aplausos devido ao fato de ter dotado a sociedade montes-clarense com um divertimento tido pelo jornal como agradável e compatível com as sociedades modernas. Nesse sentido, Montes Claros era moderna, pois dispunha de um cinema, de acordo com o jornal. O capitão, juntamente com “illustres e entusiastas companheiros”, havia realizado um ideal: “ver Montes Claros possuindo uma casa de diversão ao alcance de todos

187

20 Sobre as fotografias n’*O Malho* conferir: **O Malho**, Rio de Janeiro, n. 259, ano VI, 31 de agosto de 1907: 10; n. 261, 14 de setembro de 1907: 25. Disponível em: <http://www.memoriagraficabrasileira.org/>. Acessado em: maio de 2009.

21 Parece acertado que, em torno dos anos de 1916 a 1924, dois caminhos se despontam para a chegada das fitas no município: via estação ferroviária de Buenópolis, inaugurada em 1914, ou por meio da estação férrea de Várzea da Palma ou Pirapora, passando por um trecho de terra e vazante dos rios, até chegar em Jequitaiá, visto que a cidade de Montes Claros ainda não possuía estação ferroviária, que viria a ser inaugurada em 1926. A estação de Buenópolis não trouxe maiores vantagens enquanto via de acesso para Montes Claros, segundo escreveu o escritor Urbino Vianna em sua *Monografia do Município de Montes Claros* de 1916. O mesmo não poderia ser dito sobre o trecho Jequitaiá-Várzea da Palma que além de ser citado nos registros disponíveis dos jornais, foi lembrado por dois escritores, Cyro dos Anjos e Nelson Vianna, como sendo a porta de entrada de notícias, de mercadorias e pessoas à cidade. Cf. VIANNA, Urbino, 2007, p. 239-240; *A Ordem*, n. 4, 28 de dezembro de 1922: 3; *Gazeta do Norte*, n. 234, 13 de janeiro de 1923: 1; ANJOS, 1979: 139; VIANNA, Nelson. (2007).

e perfeitamente compatível com a moral e costumes do meio” (*Montes Claros*, n. 82, 23 dezembro de 1917: 3).

O cinema que se inaugurava na cidade era obra de cidadãos ilustres e entusiasmados e, portanto, com capacidade financeira arazoada. O cinema fora inaugurado apesar dos “embaraços próprios do momento por que passa o mundo”, numa alusão à conflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que poderia ter obstado os planos de implantar o cinema na cidade. Observou-se, na coluna “Vida Social” do jornal *Montes Claros*, a publicação da crônica que informava haver na cidade um cinema com maquinário adequado; no entanto nada foi encontrado sobre qualquer filme exibido ali ou qualquer coisa acerca dessa sala. O conflito mundial impediu tanto a importação de filmes virgens como os filmes impressos, a matéria-prima das salas exibidoras, em decorrência da alta do câmbio como também da conjuntura da guerra que impossibilitava o comércio com a Europa (SIMIS, 1996: 73).

As repercussões sobre a inauguração do *Ideal Cinema* logo apareceram na coluna “Vida Social” e chama-nos a atenção a baixa adesão dos moradores a outras diversões da cidade e a ausência das mães de família nas sessões de cinema. Nessa crônica, de janeiro de 1918, o autor contara que as sessões tinham sido esplêndidas e a concorrência magnífica. “Quem dera que fosse sempre assim!” exclamou a coluna. Ao contrário, os montes-clarenses debandavam dessa e de outras diversões organizadas na cidade, como os bailes e reuniões, e era o motivo alegado pelo qual não prosperava um baile dançante na cidade ou uma sociedade recreativa. O cronista afirmou que, em outros lugares que conhecia, o cinema era o divertimento predileto das mães de família e das senhoritas; no entanto, em Montes Claros, na sua maioria, as sessões eram frequentadas pelos homens.

A crônica da “Vida Social” fez notar que um problema imperava. Os homens, de acordo com a coluna, não sabiam frequentar as salas de projeção, pois cultivavam na cabeça o chapéu, que acabava por prejudicar os que ficavam no banco de trás, além de fumarem no salão. Este ato era detestável, na opinião do cronista e, além de tudo, era “pouco urbano”. O autor da “Vida Social” terminou o seu texto com um apelo a todos. As senhoras e distintas senhoritas de “nosso escol social” deveriam frequentar o cinema e os homens deveriam, tal como o cronista, retirar o chapéu e não fumar no recinto das exibições (*Montes Claros*, n. 83, 06 de janeiro de 1918: 3).

De acordo com Alexandra Keller, o “cinema oferecia um dos poucos espaços aceitáveis para as mulheres na esfera pública”, e a esfera privada e doméstica estava

configurada como exemplificando o feminino, logo, a “presença das mulheres [nas salas de espetáculos], inevitavelmente comunicava uma sensação do privado para esses espaços públicos” (KELLER, 2004: 187). A tamanha insistência dos cronistas sobre a ausência das “gentis patricias” nas salas de espetáculos e casas comerciais que serviam bebidas e alimentos vem ao encontro deste desejo de conferir a um espaço público, sobretudo o cinema, ares de um ambiente privado.

A partir das indicações do jornal *Montes Claros* e *Gazeta do Norte*, percebeu-se que o *Ideal Cinema* continuou a exhibir filmes e os jornais passaram a publicar o nome das fitas, pois até então não o faziam. A divulgação dos filmes pelas ruas da cidade era concretizada pelo negro João da Mata e, segundo relato de moradores, ele saía com um “cartaz às costas e um moleque a tocar tambor” (ANJOS, 1979: 48). No *Ideal Cinema* ou um pouco antes dele²², o irmão do escritor Cyro dos Anjos tocava flauta na orquestra (ANJOS, 1979: 53). A presença da orquestra, por esses anos, sinaliza para o fato de que o cinema não prescindiu de outros artificios para atrair os espectadores.

Antes da chegada da ferrovia, o *Ideal Cinema* foi fechado e outra sala exibidora surgiu, o *Cinema Recreio*, de propriedade do Cel. Francisco Ribeiro; entretanto nenhum filme foi detectado como sendo exibido naquele espaço, servindo os seus salões para abrigar espetáculos teatrais da Associação Filhas de Maria e para conferências em benefício das crianças pobres do município. Nesse contexto, a cidade continuou a receber companhias de cavalinhos, espetáculos de acrobacia e deslocamentos ao longo dos anos.

A partir do final da década de 1910, o jornal *Gazeta do Norte* publicou duas notas nas quais reclamava sobre as altas taxas dos impostos cobrados pela câmara para os espetáculos de qualquer natureza. Uma delas afirmava que um cinema que funcionasse diariamente na cidade pagaria, em impostos, a quantia de 800\$000 mil réis (*Gazeta do Norte*, n. 65, 04 de outubro de 1919, p. 1; n. 72, 12 de novembro de 1919: 1). Os pesados impostos municipais constituíram outro motivo impeditivo para a consolidação do cinema no município nessa década.

Nesse mesmo período, no entanto, uma nova sala foi inaugurada na cidade – o *Cinema Popular* -, de propriedade da empresa Colem & Freire, e sob a gerência do senhor Elpídio Freire; porém a sala teve problemas com o motor

22 Observou-se a existência de um cinema localizado na rua do Comércio (atual Dr. Veloso). Em seus salões, foi realizada uma conferência sobre o gado zebu pelo farmacêutico Antonio Augusto Teixeira. Não há como afirmar ser esse cinema o Cinema Comercio de propriedade de Maximiliano Pereira. (*Montes Claros*, n. 61, 19 de julho de 1917: 3).

do projetor, e as imagens não apresentaram uma boa nitidez. As sucessivas salas com que a cidade contou não podem ser consideradas como salas fixas. Uma sala para ser considerada fixa, naquele período, deveria permanecer aberta e exibir sessões contínuas por um tempo superior a dois meses (HEFFNER in RAMOS & MIRANDA, 2000: 480-481). No início da década de 1920, a cidade passou a dispor de uma sala estabelecida nesses moldes, o *Cine-Theatro Renascença*, que exibiu filmes entre 1921-1926.

Importa assinalar, no entanto, que, a compreensão do processo de instalação do cinematógrafo na cidade se completa por meio de uma investigação sobre o perfil dos principais exibidores do município, pois a eles coube o papel de projetar os filmes nas telas e de criar o ambiente adequado para tal fim. Em suma: também são atores importantes do processo cinematográfico compreendido por um tripé que se articula entre si: produção-distribuição-exibição. Contudo, a análise deste processo demanda um espaço maior de dedicação e não constituiu nosso objetivo.

Considerações finais

190

O estudo sobre o circuito exibidor em Montes Claros possibilitou-nos perceber que, ao longo do século XIX, entre 1840 a 1880, a cidade norte-mineira passou a ocupar um importante papel no comércio regional. A abertura de novas ruas, o frutuoso comércio com as cidades vizinhas, a instalação da fábrica de tecidos do Cedro, o surgimento do jornal *Correio do Norte*, do telégrafo, e, ainda, a inauguração do mercado e a exibição de vistas no aparelho cosmorama, dentre outras situações e acontecimentos, nos anos finais do século XIX, representaram a preeminência do urbano em curso na cidade norte-mineira. Assim, vários foram os eventos advindos com essas transformações.

Contudo esses eventos não patentearam mudanças meramente econômicas. Concomitante às transformações, verificou-se que, naquele período, sobrevieram à cena pública da pequena urbe norte-mineira, marcada ainda pelos animais que perambulavam pelas ruas, companhias circenses, grupos mambembes e espetáculos de prestidigitação, que revelaram o não insulamento artístico da região.

Além desse fato, notou-se que, conjuntamente às companhias ambulantes que incidiram no município, emergiram, também naquele espaço, determinadas camadas populares como “retirantes” da seca, mendigos, crianças maltrapilhas que, além de incomodarem bastante as autoridades municipais e os leitores e colaboradores do jornal *Correio do Norte*, assistiam aos espetáculos circenses junto

aos demais moradores da cidade. Estes espetáculos ocorreram em distintos locais, como a praça Dr. Carlos ou da Matriz. Estas duas praças, nas primeiras décadas do século XX, demonstraram ser um ponto de referência para os moradores, pois, em suas cercanias, vicejaram salas de cinema como o “*Cine Metropole*” e o *Cine-Theatro Renascença*.

Podemos considerar que as manifestações dos grupos mambembes na cidade, entre os finais do século XIX, preparou o público para o advento dos divertimentos óticos (o cosmorama) e sonoros (o fonógrafo), e também para o cinema no limiar do século XX. Cabe frisar que os trabalhos ginásticos, equestres, de equilíbrio, acrobáticos e de humor dos palhaços, guardam uma proximidade com o cinema, especialmente, com determinados gêneros de filmes, uma vez que despertam o choque, a surpresa, o entusiasmo, a agitação e a correria e, por sua vez, correspondem a estímulos similares àqueles procedentes das transformações modernas como o tráfego, as máquinas, os meios de transporte, as luzes, os aglomerados urbanos e os ruídos.

Referências Bibliográficas

ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

191

ARAÚJO, Vicente de Paula. *Salões, circos e cinemas de São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

AZEVEDO, Veruschka de Salles. *Entre a tela e a platéia: theatros e cinemathographos na Franca da Belle Époque (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 31-60.

CARVALHO, Jailson Dias. *Filmografia da exibição cinematográfica em Montes Claros: registros de filmes nacionais em salas de cinema*. Montes Claros: Unimontes, 2009.

_____. *Lazer, cinema e modernidade: um estudo sobre a exibição cinematográfica em Montes Claros (MG) – 1900-1940*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas*

Gerais no século XIX. Campinas: UNICAMP, 1995. (Coleção Viagens da Voz)

CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa (Org.). *O Cinema e a invenção da vida moderna*. 2. ed. São Paulo: Casac & Naify, 2004. (Coleção cinema, teatro e modernidade)

COSTA, Fernando *Morais da*. *Primeiras tentativas de sonorização no cinema brasileiro: os cinematógrafos falantes – 1902-1908*. Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/cinema/anpuh2005/anpuh2005d.htm>. Acesso em: 28 maio 2012.

GALDINO, Márcio da Rocha. *Minas Gerais Ensaio de Filmografia*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1983.

GOMES, Paulo Augusto. 100 anos de cinema em Belo Horizonte. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, nº 18, set, 1997, p. 347-372.

_____. *Pioneiros do cinema em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

HEFFNER, Hernani. Salas de cinema. In: RAMOS, Fernão & MIRANDA, Luiz Felipe. (Org.) *Enciclopédia do cinema brasileiro*. São Paulo: Senac, 2000. p. 480-481.

192

KELLER, Alexandra. Disseminação da modernidade: representação e desejo do consumidor nos primeiros catálogos de venda por correspondência. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (Org.). *O Cinema e a invenção da vida moderna*. 2. ed. São Paulo: Casac & Naify, 2004. (Coleção cinema, teatro e modernidade). pp. 185-213.

MIRANDA, Maria Cristina. *Aparelhos ópticos no Rio de Janeiro do século XIX*. Disponível em: http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/MARIA_CRISTINA_MIRANDA_DA_SILVA.pdf. Acesso em: 28 maio 2012.

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua História sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007. V. I, II. Pt. I, II. (Coleção Sesquicentenária)

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (01/06/ 1816 – 22/09/1817)*. Trad. de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974. Apud PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007. V. I, Pt. I. pp. 13-15.

SARMIENTO, Guilherme. *Esse mundo é cosmorama*. Disponível em: <http://criticaecompanhia.com/guilherme.htm>. Acesso em: 28 de maio de 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SIMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1996.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. *Crônica jornalística: um espelho para a história do cotidiano?* Disponível em: http://www.fag.edu.br/adverbio/v5/artigos/cronica_jornalistica.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2010

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-30): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. p. 14. (Coleção FCRB, Série Estudos; 1).

VIANNA, Nelson. *Foiceiros e vaqueiros*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1956.

_____. *Serões montesclarenses*. São Paulo: Itatiaia, 1972

_____. *Efemérides montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007. PT. I, v.5

VIANNA, Urbino de Sousa. *Monografia do município de Montes Claros breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. V. 6.